



COMISSÃO DE REDAÇÃO

REDAÇÃO FINAL AO PROJETO DE LEI Nº 145/11

Súmula: Declara de Utilidade Pública o
"Instituto Semeando a Paz".

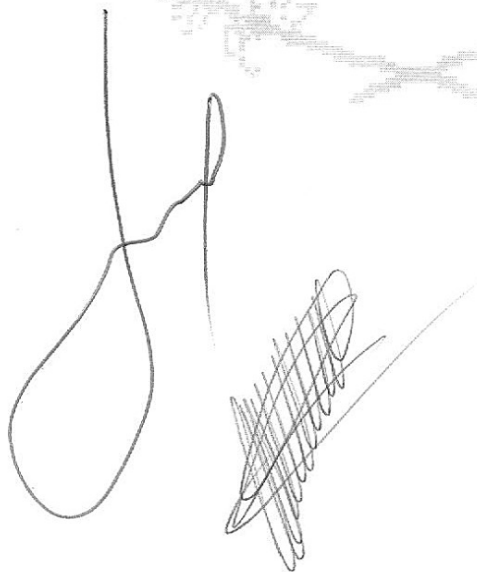
Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o "Instituto Semeando a Paz", com sede e foro na Cidade de Curitiba.

Art.2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 28 de junho de 2011.


ALEXANDRE CURI
PRESEIDENTE


RELATOR





COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 227/11

Ementa: Altera o art. 1º da Lei 16.695, de dezembro de 2010.

Art. 1º - Fica alterado o art. 1º da Lei 16.695, de 20 de dezembro de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação.

“Art. 1º - Fica declarado de utilidade o Centro de Convivência Arte e Vida – CECAV, com sede e foro no Município de Arapongas”.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 04 de julho de 2011.

ALEXANDRE GURI
PRESIDENTE

RELATOR



COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 418/11

Ementa: Declara de Utilidade Pública o Asilo São Vicente de Paulo, com sede e foro no Município de Castro.


Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Asilo São Vicente de Paulo, com sede e foro no Município de Castro.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

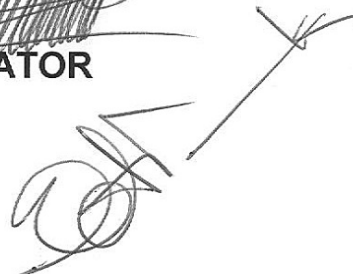
Sala das Comissões, 04 de julho de 2011.



ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE



RELATOR





COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 436/11

Ementa: Declara de Utilidade Pública a REMAP - Remanso da Pedreira, com sede e foro no Município de Pato Branco.

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a REMAP - Remanso da Pedreira, com sede e foro no Município de Pato Branco.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 04 de julho de 2011.



ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE



RELATOR



COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 406/11

Ementa: Cria a Vara da Infância e da Juventude, Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial e a 2ª. Vara Criminal no Foro Regional de Almirante Tamandaré, da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003, e adota outras providências.

Art. 1º Fica criada no Foro Regional de Almirante Tamandaré, da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, a Vara da Infância e da Juventude, Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial.

Art. 2º Fica criada no Foro Regional de Almirante Tamandaré, da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, a 2ª Vara Criminal.

Art. 3º O art. 255 da Lei Estadual nº 14.277/2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 255. Fica criado nos Foros Regionais que integram a Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, o seguinte:

I – No Foro Regional de Almirante Tamandaré:

- a) a Vara Cível;*
- b) a 1ª Vara Criminal;*
- c) a 2ª Vara Criminal;*
- d) a Vara da Infância e da Juventude, Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial.*

Art. 4º Ficam criados 2 (dois) cargos de Juiz de Direito de entrância final para o Foro Regional de Almirante Tamandaré.

Art. 5º Ficam alterados os anexos IV, V e IX, Tabela 1, da Lei referida no artigo 1º.

Art. 6º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário.

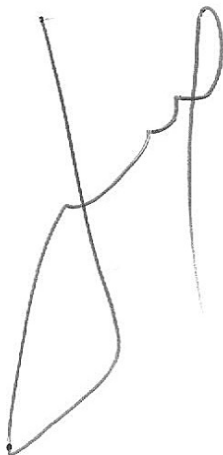
Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 28 de junho de 2011.

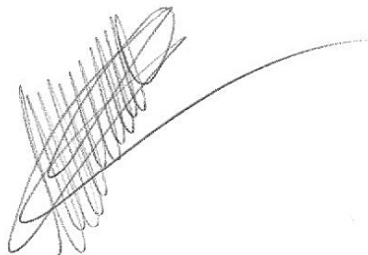


ALEXANDRE CURI

PRESIDENTE



RELATOR



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003
COMPOSIÇÃO DO FORO JUDICIAL E FORO EXTRAJUDICIAL POR COMARCA ANEXO - IV

.....	ALMIRANTE TAMANDARÉ - Foro Regional da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba - Entrância Final
	FORO JUDICIAL
	Vara Cível
	1ª Vara Criminal
	2ª Vara Criminal
	Vara da Infância e da Juventude, Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial
(2)	Juizado Especial Cível e Criminal
	Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público
	FORO EXTRAJUDICIAL

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003
CRIAÇÃO E EXTINÇÃO DE CARGOS - ANEXO IX
CARGOS DA MAGISTRATURA ESTADUAL - TABELA 1

COMARCAS	Desembargador	Juiz de Direito Substituto em 2º Grau	Juiz de Direito	Juiz de Direito do Juizado Especial	Juiz de Direito Substituto	Juiz Substituto	Total
1ª INSTÂNCIA	ENTRÂNCIA FINAL						
	COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA						
Foro Regional de Almirante Tamandaré			3	1			4

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003
MAGISTRATURA ESTADUAL — ANEXO V

COMARCAS / FORO	ENTRÂNCIA	Desembargador	Juiz de Direito Substituto em 2º Grau	Juiz de Direito Especial	Juiz de Direito Substituto	Juiz Substituto	Total
1ª INSTÂNCIA							
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA							
.....							
Foro Regional de Almirante Tamandaré	Final			4	1		5
.....							



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Resolução nº 020/11

Ementa: Aprova a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, mês de maio de 2011. Resoluções 003/2004 e 003/2009.


Art. 1º - Fica aprovado a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, previstas na Resolução nº 003/2004, com as modificações contidas na Resolução nº 003/2009, referente ao mês de maio de 2011.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 28 de junho de 2011.


ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE


RELATOR





GABINETE DO GOVERNADOR



~~ANTE~~PROJETO DE LEI N.º 487 /2011

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação, ao Município de Toledo, do imóvel que especifica.

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel descrito na matrícula nº 216, do 1º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Toledo, ao Município de Toledo.

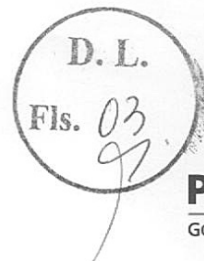
Art. 2º - O imóvel doado fica gravado com cláusula de inalienabilidade e impenhorabilidade.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

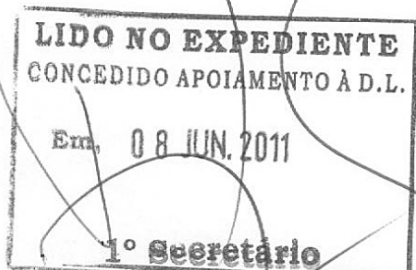
Curitiba, em 26 de abril de 2011, 190º da Independência e 123º da República.

CARLOS ALBERTO RICHIA
Governador do Estado

GABINETE DO GOVERNADOR



Palácio das Araucárias – Curitiba, 27 de abril de 2011
OF CEE/G 053/11



A D.A.T. p/ leitura no expediente.

A DL p/ presidente
Em 06.06.2011

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para providências, a Mensagem n.º 15/2011, relativa ao anteprojeto de lei que autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação de imóvel de propriedade do Estado do Paraná para o Município de Toledo.

Atenciosamente,

CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado

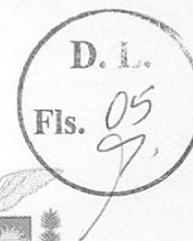
Anexo

14:28 08/06/2011 004284 DIP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
CURITIBA – PR

CEE/SRGVF/JLI

Palácio das Araucárias - Centro Cívico - Rua Jacy Loureiro de Campos
80530-915 - Curitiba - Paraná - Brasil
Fone: 41 3350 2800 Fax: 41 3254 7345



GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM N.º 15/2011

Curitiba, 25 de abril de 2011

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação de imóvel de propriedade do Estado do Paraná para o Município de Toledo.

Inicialmente, insta salientar que o Projeto de Lei em análise encontra respaldo na Constituição Estadual, que estabelece no art. 10:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

A alienação de bens imóveis é disciplinada, de regra, pela legislação própria das entidades estatais, sendo normalmente exigida a autorização legislativa, avaliação prévia e concorrência, sendo dispensável este último requisito quando se tratar de doação, pois este contrato em particular visa pessoas ou imóveis certos, sendo incompatíveis com o procedimento licitatório.

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
N/CAPITAL

Palácio das Araucárias – Centro Cívico – Rua Jacy Loureiro de Campos
80530-915 – Curitiba – Paraná – Brasil
Fone: 41 3350-2465 Fax: 41 3350-2476

D. L.
Fls. 06
7.



GABINETE DO GOVERNADOR

O art. 17 da Lei Ordinária Federal 8.666/93 estabelece as condições para que sejam feitas as alienações de bens públicos:

Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:

b) doação, permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera de governo, ressalvado o disposto nas alíneas *f* e *h*; (Redação dada pela Lei nº 11.481, de 2007)

f) alienação gratuita ou onerosa, aforamento, concessão de direito real de uso, locação ou permissão de uso de bens imóveis residenciais construídos, destinados ou efetivamente utilizados no âmbito de programas habitacionais ou de regularização fundiária de interesse social desenvolvidos por órgãos ou entidades da administração pública; (Redação dada pela Lei nº 11.481, de 2007) (Grifo nosso)

José dos Santos Carvalho Filho leciona que "A Administração pode fazer doação de bens públicos, mas tal possibilidade deve ser tida como excepcional e atender a interesse público cumpridamente demonstrado. Qualquer violação a tais pressupostos espelha conduta ilegal e dilapidatória do patrimônio público. São requisitos da doação de bens públicos: autorização legal, avaliação prévia e interesse público justificado. A licitação, levando em conta a existência de interesse social da doação, será dispensável"¹.

Desta forma, comprovada que a presente medida consulta aos interesses públicos e da Administração Estadual, eis que no imóvel que o Estado pretende doar ao Município de Toledo, é o imóvel onde encontra-se edificado o Centro de Saúde de Toledo, o qual necessita de reformas urgentes.

1 CARVALHO, José dos Santos Filho. Manual de Direito Administrativo. *Lumen Juris*. RJ.

D. L.
Fls. 07
17



GABINETE DO GOVERNADOR

Desta forma, por se tratar de doação sobre imóvel certo e determinado, destinado a atender interesse público, a licitação é dispensável.

Tendo em vista a autorização para que o órgão público efetue doações sem a necessidade de licitação, quando o donatário for outro órgão ou entidade da administração pública, não haveria razão para que o legislador impedisse a doação, haja vista a expressa autorização legal.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembléia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.


CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 487/11

Projeto de Lei nº 487/11

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº.015/11

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação, ao Município de Toledo, do imóvel que especifica. (Centro de Saúde de Toledo)

EMENTA: DOAÇÃO DE IMÓVEL AO MUNICÍPIO DE TOLEDO. INICIATIVA PRIVATIVA DO PODER EXECUTIVO. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTIGOS 33 E 124 DO REGIMENTO INTERNO ALEP. ARTIGOS 10 E 65 DA CE. ARTIGO 17 DA LEI 8.666/93. LC 95/98. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 015/2011, visa autorizar o Governo do Estado a doar imóvel ao Município de Toledo.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Ainda, verifica-se que o chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para apresentar o presente projeto de lei, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)
Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, vejamos:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)

O projeto de lei ora em tela encontra respaldo na Constituição Estadual, que estabelece em seu artigo 10 e parágrafo único:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno,



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Parágrafo único. A alienação, a título oneroso, de bens imóveis do Estado dependerá de autorização prévia da Assembléia Legislativa e será precedida de concorrência pública, a qual será dispensada quando o adquirente for uma das pessoas jurídicas de direito público interno, referidas neste artigo, ou para fins de assentamentos de caráter social.
(grifo nosso)

A alienação de bens imóveis é disciplinada, via de regra, pela legislação própria das entidades estatais, sendo normalmente exigida a autorização legislativa, avaliação prévia e concorrência, sendo dispensável este último requisito quando se tratar de permuta ou doação, pois estes contratos em particular visam a pessoas ou imóveis certos, sendo incompatíveis com o procedimento licitatório.

A Lei Ordinária Federal 8.666/93 em seu artigo 17 determina as condições para que sejam feitas as alienações de bens públicos:

Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:

b) doação, permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera de



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



governo, ressalvado o disposto nas alíneas f e h; (Redação dada pela Lei nº 11.481, de 2007)

f) alienação gratuita ou onerosa, aforamento, concessão de direito real de uso, locação ou permissão de uso de bens imóveis residenciais construídos, destinados ou efetivamente utilizados no âmbito de programas habitacionais ou de regularização fundiária de interesse social

desenvolvidos por órgãos ou entidades da administração pública; (Redação dada pela Lei nº 11.481, de 2007) (grifo nosso)

O jurista José dos Santos Carvalho Filho leciona que "A Administração pode fazer doação de bens públicos, mas tal possibilidade deve ser tida como excepcional e atender a interesse público cumpridamente demonstrado. Qualquer violação a tais pressupostos espelha conduta ilegal e dilapidatória do patrimônio público. **São requisitos da doação de bens públicos: autorização legal, avaliação prévia e interesse público justificado.** A licitação, levando em conta a existência de interesse social da doação, será dispensável"¹.

Tendo em vista a autorização para que o órgão público efetue doações sem a necessidade de licitação, quando o donatário for outro órgão ou entidade da administração pública, não haveria razão para que o legislador impedisse a doação, haja vista a expressa autorização legal.

Dessa forma, observa-se que estão presentes o requisitos necessários, quais sejam, a autorização legislativa que é dada através de lei e o interesse público.

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

¹ CARVALHO, José dos Santos Filho. Manual de Direito Administrativo. *Lumen Juris*. RJ.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça




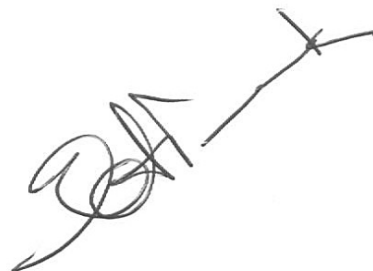
CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

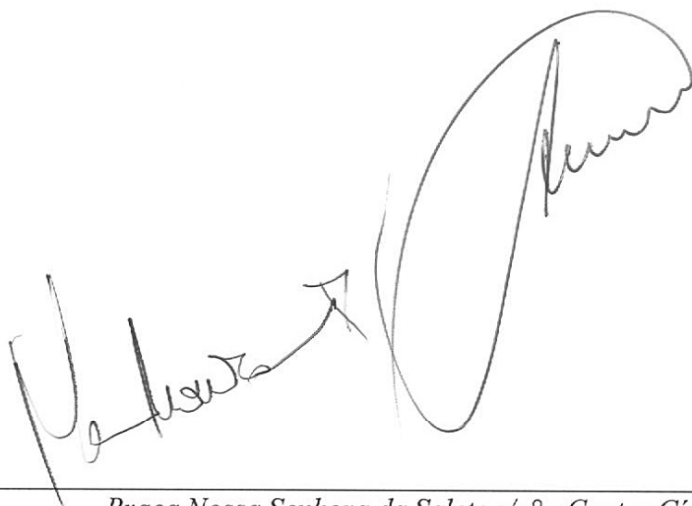
Sala das Comissões, de junho de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO ADEMAR TRAIANO
RELATOR









GABINETE DO GOVERNADOR



~~ANTE~~PROJETO DE LEI N.º 488/2011

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação, ao Município de Toledo, do imóvel que especifica.

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel escrito na matrícula nº 9897, do 1º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Toledo, ao Município de Toledo.

Art. 2º - O imóvel doado fica gravado com cláusula de inalienabilidade e impenhorabilidade.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 28 de abril de 2011, 190º da Independência e 123º da República.

CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado

GABINETE DO GOVERNADOR



Palácio das Araucárias – Curitiba, 28 de abril de 2011
OF CEE/G 056/11



I À DAP p/ leitura no
expediente
II À DL p/ providências
E, 06. Junho 2011

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para providências,
a Mensagem n.º 14/2011, relativa ao anteprojeto de lei que
autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação de imóvel de
propriedade do Estado do Paraná para o Município de Toledo.

Atenciosamente,


CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado

Anexo

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
CURITIBA – PR

CEE/SRGVF/JLI

Palácio das Araucárias - Centro Cívico - Rua Jacy Loureiro de Campos
80530-915 - Curitiba - Paraná - Brasil
Fone: 41 3350 2800 Fax: 41 3254 7345

14:28 08/06/2011 004285 OF ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM N.º 14/2011

Curitiba, 28 de abril de 2011

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação de imóvel de propriedade do Estado do Paraná para o Município de Toledo.

Inicialmente, insta salientar que o Projeto de Lei em análise encontra respaldo na Constituição Estadual, que estabelece no art. 10:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

A alienação de bens imóveis é disciplinada, de regra, pela legislação própria das entidades estatais, sendo normalmente exigida a autorização legislativa, avaliação prévia e concorrência, sendo dispensável este último requisito quando se tratar de doação, pois este contrato em particular visa pessoas ou imóveis certos, sendo incompatíveis com o procedimento licitatório.

Excelentíssimo Senhor
Deputado **VALDIR ROSSONI**
Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
CURITIBA – PR

Palácio das Araucárias – Centro Cívico – Rua Jacy Loureiro de Campos
80530-915 – Curitiba – Paraná – Brasil
Fone: 41 3350-2465 Fax: 41 3350-2476



GABINETE DO GOVERNADOR

O art. 17 da Lei Ordinária Federal 8.666/93 estabelece as condições para que sejam feitas as alienações de bens públicos:

Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:

b) doação, permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera de governo, ressalvado o disposto nas alíneas f e h; (Redação dada pela Lei nº 11.481, de 2007)

f) alienação gratuita ou onerosa, aforamento, concessão de direito real de uso, locação ou permissão de uso de bens imóveis residenciais construídos, destinados ou efetivamente utilizados no âmbito de programas habitacionais ou de regularização fundiária de interesse social

desenvolvidos por órgãos ou entidades da administração pública; (Redação dada pela Lei nº 11.481, de 2007) (Grifo nosso)

José dos Santos Carvalho Filho leciona que "A Administração pode fazer doação de bens públicos, mas tal possibilidade deve ser tida como excepcional e atender a interesse público cumprimamente demonstrado. Qualquer violação a tais pressupostos espelha conduta ilegal e dilapidatória do patrimônio público. São requisitos da doação de bens públicos: autorização legal, avaliação prévia e interesse público justificado. A licitação, levando em conta a existência de interesse social da doação, será dispensável"¹.

1 CARVALHO, José dos Santos Filho. Manual de Direito Administrativo. *Lumen Juris*. RJ. Palácio das Araucárias – Centro Cívico – Rua Jacy Loureiro de Campos 80530-915 – Curitiba – Paraná – Brasil Fone: 41 3350-2465 Fax: 41 3350-2476

GABINETE DO GOVERNADOR



Desta forma, comprovada que a presente medida consulta aos interesses públicos e da Administração Estadual, eis que no imóvel que o Estado pretende doar ao Município de Toledo, é o imóvel onde encontra-se edificado o Centro Social Urbano de Toledo, o qual abriga a Secretaria de Assistência Social do mesmo Município.

Desta forma, por se tratar de doação sobre imóvel certo e determinado, destinado a atender interesse público, a licitação é dispensável.

Tendo em vista a autorização para que o órgão público efetue doações sem a necessidade de licitação, quando o donatário for outro órgão ou entidade da administração pública, não haveria razão para que o legislador impedisse a doação, haja vista a expressa autorização legal.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembléia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.


CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Liderança do Governo



PARECER AO PROJETO DE LEI 488/11

Projeto de Lei nº 488/11

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº.014/11

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação, ao Município de Toledo, do imóvel que especifica. (Centro Social Urbano de Toledo)

EMENTA: DOAÇÃO DE IMÓVEL AO MUNICÍPIO DE TOLEDO. INICIATIVA PRIVATIVA DO PODER EXECUTIVO. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTIGOS 33 E 124 DO REGIMENTO INTERNO ALEP. ARTIGOS 10 E 65 DA CE. ARTIGO 17 DA LEI 8.666/93. LC 95/98. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 014/2011, visa autorizar o Governo do Estado a doar imóvel ao Município de Toledo.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade,



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Liderança do Governo



adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Ainda, verifica-se que o chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para apresentar o presente projeto de lei, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, vejamos:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)

O projeto de lei ora em tela encontra respaldo na Constituição Estadual, que estabelece em seu artigo 10 e parágrafo único:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná D. L.
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury 18
Liderança do Governo Fls.

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Parágrafo único. A alienação, a título oneroso, de bens imóveis do Estado dependerá de autorização prévia da Assembléia Legislativa e será precedida de concorrência pública, a qual será dispensada quando o adquirente for uma das pessoas jurídicas de direito público interno, referidas neste artigo, ou para fins de assentamentos de caráter social. (grifo nosso)

A alienação de bens imóveis é disciplinada, via de regra, pela legislação própria das entidades estatais, sendo normalmente exigida a autorização legislativa, avaliação prévia e concorrência, sendo dispensável este último requisito quando se tratar de permuta ou doação, pois estes contratos em particular visam a pessoas ou imóveis certos, sendo incompatíveis com o procedimento licitatório.

A Lei Ordinária Federal 8.666/93 em seu artigo 17 determina as condições para que sejam feitas as alienações de bens públicos:

Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Liderança do Governo



entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:

b) doação, permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera de governo, ressalvado o disposto nas alíneas f e h; (Redação dada pela Lei nº 11.481, de 2007)

f) alienação gratuita ou onerosa, aforamento, concessão de direito real de uso, locação ou permissão de uso de bens imóveis residenciais construídos, destinados ou efetivamente utilizados no âmbito de programas habitacionais ou de regularização fundiária de interesse social desenvolvidos por órgãos ou entidades da administração pública; (Redação dada pela Lei nº 11.481, de 2007) (grifo nosso)

O jurista José dos Santos Carvalho Filho leciona que "A Administração pode fazer doação de bens públicos, mas tal possibilidade deve ser tida como excepcional e atender a interesse público cumpridamente demonstrado. Qualquer violação a tais pressupostos espelha conduta ilegal e dilapidatória do patrimônio público. **São requisitos da doação de bens públicos: autorização legal, avaliação prévia e interesse público justificado.** A licitação, levando em conta a existência de interesse social da doação, será dispensável"¹.

Tendo em vista a autorização para que o órgão público efetue doações sem a necessidade de licitação, quando o donatário for outro órgão ou entidade da administração pública, não haveria razão para que o legislador impedisse à doação, haja vista a expressa autorização legal.

¹ CARVALHO, José dos Santos Filho. Manual de Direito Administrativo. *Lumen Juris*. RJ.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Liderança do Governo



Dessa forma, observa-se que estão presentes o requisitos necessários, quais sejam, a autorização legislativa que é dada através de lei e o interesse público.

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, de junho de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO ADEMAR TRAIANO
RELATOR